

# AMÉRICA A BEM OU A MAL

UMA ANATOMIA DO NACIONALISMO AMERICANO



Anatol Lieven

Tradução de  
Pedro Aires Oliveira

LISBOA:  
TINTA-DA-CHINA  
MMVII

# Índice

PREFÁCIO 13

INTRODUÇÃO 19

1. Um nacionalismo excepcional? 49

2. Tese: esplendor e tragédia do Credo americano 95

3. Antítese, parte I: o coração amargurado da América 159

4. Antítese, parte II: os fundamentalistas e os grandes medos 217

5. A herança da Guerra Fria 263

6. O nacionalismo americano, Israel e o Médio Oriente 301

CONCLUSÃO 373

POSFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA 385

NOTAS 399

ÍNDICE ONOMÁSTICO 455

sua própria percepção, o coração e a coluna vertebral da comunidade política americana — para constituírem um motivo de apreensão, e um factor de mudança, na política americana. Confrontada com as convulsões económicas e a miséria social dos anos 30, a América elegeu um grande reformador democrático, e um defensor da civilização, Franklin Delano Roosevelt, e desenvolveu o New Deal. As reacções de outros países foram muito mais sombrias e sinistras. É claro que os efeitos sociais das mudanças na economia americana são muito mais ambíguos e acima de tudo muito mais diferidos do que aqueles que ocorreram nos países afectados pelo *slump* de 1929. Ainda assim, a história oferece-nos imensos exemplos desagradáveis dos efeitos do declínio lento e parcial no comportamento político das classes médias.

Se as classes médias continuarem a desmoronar-se, é bem possível que na queda arrastem consigo um dos pilares essenciais da moderação e da estabilidade política americanas. Tal como nos países europeus do passado, um desenvolvimento desse tipo criaria o terreno fértil para o aparecimento de grupos nacionalistas radicais e para sonhos ainda mais loucos de um «regresso a casa» da América e da restauração da velha ordem moral, cultural e, possivelmente, racial. Tais desenvolvimentos poderão conduzir ou a ataques imoderados aos inimigos externos da América, ou ao isolacionismo. Ou então, se os padrões do passado nos servirem de guia neste caso, eles poderão conduzir a América à primeira opção, e depois à segunda. Como se pode facilmente imaginar, este seria um cenário perigoso tanto para a América como para o mundo.

De forma clara, a América deixou de estar imune às doenças que afectam o mundo. À medida que avançamos no século XXI, a nação americana tornar-se-á crescentemente vulnerável a uma ampla variedade de infecções internacionais. Os perigos colocados à América e à humanidade por esta exposição são potenciados por certos aspectos do nacionalismo americano que tive ocasião de descrever neste livro: não apenas a força deste nacionalismo e a sua oscilação entre o idealismo messiânico e o chauvinismo, mas também o seu carácter altamente irreflectido. No passado, porque a América saiu tão vitoriosa, tão isolada e tão protegida, a maioria dos intelectuais americanos

nunca teve de reflectir sobre o seu nacionalismo da mesma forma que os europeus, forçados a esse exercício pelos desastres do século XX. É agora urgentemente necessário que comecem a fazê-lo, e eu espero que este livro possa dar um pequeno empurrão nesse sentido.

Para examinarem o seu próprio nacionalismo com desassombro, os americanos terão contudo de aprender com o terrível exemplo do nacionalismo na história moderna e noutros países do mundo. Essa abordagem exigir-lhes-á uma capacidade de se libertarem dos seus mitos nacionais e de olharem a sua nação de forma distanciada, não como uma excepcional «cidade na colina», mas como uma nação tão mortal como as outras, melhor do que a maioria, sem dúvida, mas sujeita aos mesmos desafios morais, tentações e crimes a que muitos outros povos se encontraram expostos<sup>9</sup>.

Os desenvolvimentos desastrosos que esbocei não são certamente inevitáveis, dada a enorme resiliência e o dinamismo da sociedade, dos valores e da tradição democrática americana; contudo, para preveni-los terá de ocorrer não apenas uma reflexão nacional, mas também terão de ser tomadas medidas sérias por parte da classe política americana. No plano interno, essas medidas terão de conter os excessos do capitalismo e remodelar a economia para que esta sirva as necessidades do povo americano. No plano externo, terá de ser empreendida uma política que torne novamente a América um líder mundial por consentimento, preocupada com a boa saúde, estabilidade e longevidade do actual sistema internacional, e disposta a trabalhar com outros estados responsáveis para alcançar estes objectivos.

Mais importante que tudo, as elites americanas deverão ter mais confiança e estar mais preocupadas com o exemplo que o seu país oferece ao mundo, através das suas instituições, dos seus valores e do bem-estar visível dos americanos comuns. Este exemplo está na base do «soft power» americano e é ele que torna possível uma forma de hegemonia americana por consentimento. Estas instituições e valores constituem o império civilizacional americano, herdeiro de Roma. E tal como sucedeu com os valores de Roma, os valores americanos sobreviverão ao império americano muito depois deste, e dos próprios Estados Unidos, terem desaparecido. Se a imagem da América

como uma democracia pluralista, economicamente bem-sucedida, aberta a todas as raças e essencialmente pacífica e não-agressiva, foi tão poderosa no passado, isso deve-se ao facto de, em larga medida, ser verdadeira. Os americanos têm de garantir que continuará a ser assim.

POSFÁCIO À EDIÇÃO PORTUGUESA

TAL como este livro procurou demonstrar, o Partido Republicano converteu-se de facto no Partido Nacionalista Americano. Foi sobretudo graças à força desse nacionalismo que conseguiu ganhar as presidenciais de 2004 e as eleições para o Congresso de 2002 e 2004. Os principais candidatos republicanos na corrida presidencial para 2008 estão também a adoptar o nacionalismo como um dos seus principais tópicos de campanha. Com a excepção de John McCain, a maioria deles mostra-se muito pouco entusiasmada em relação à continuidade da presença militar americana no Iraque. No entanto, todos fazem questão de enfatizar os temas relacionados com a grandeza nacional americana, o direito e o dever de liderar o mundo, bem como o poderio e o valor militares. À boa maneira do nacionalismo clássico, continuam a retratar os seus opositores como frouxos ou pouco patrióticos.

Seria contudo um erro grave considerar que os democratas estão em condições de oferecer uma alternativa clara e sólida a este respeito. Na verdade, o nacionalismo do *establishment* americano e da cultura dominante americana é uma das razões pelas quais a *débâcle* iraquiana, à semelhança do que sucedeu na guerra do Vietname (tal como se argumenta no capítulo 2 deste livro), poderá vir a exercer um impacto surpreendentemente limitado nas atitudes e comportamentos futuros dos Estados Unidos.

Na sua maioria, os democratas são mais «multilaterais» nas suas atitudes do que a maior parte dos republicanos, mas tal como estes também estão comprometidos com o domínio global dos Estados Unidos, e com a ideologia e mitologia nacionalistas que subjazem a essa aspiração. Tal como o capítulo 5 procurou demonstrar, ambos são o produto da mesma elite bipartidária do sector da segurança nacional gerada pela Guerra Fria. Se o paralelo com a Europa anterior a 1914 é pertinente, então podemos concluir que, na sua atitude face ao nacionalismo e ao império, estes democratas estão bastante próximos dos «liberais nacionalistas». De uma forma geral, eles não têm nada a ver com os socialistas internacionalistas, nem com os actuais liberais europeus. É muito importante que os europeus compreendam isto e não acalentem ilusões acerca de mudanças radicais na estratégia americana caso os democratas vençam as presidenciais, em 2008.

Não por acaso, os presidentes dos comités de relações externas da Câmara dos Representantes e do Senado americano, escolhidos após a vitória dos democratas em Novembro de 2006, são o congressista Tom Lantos e o senador Joseph Biden. Na sua postura de «falcões» face à «guerra contra o terrorismo» ou às ameaças, reais ou virtuais, colocadas pela Rússia e outras potências, estes dois homens nada ficam a dever aos seus opositores republicanos. Lantos distingue-se também por um ódio e um desprezo pela Europa que facilmente se equiparam aos dos nacionalistas mais extremos do campo republicano. E ambos proclamam de forma absoluta o seu apoio a Israel: Biden mais discretamente, Lantos com um fervor militante.

Todos os candidatos democratas, à semelhança dos principais candidatos republicanos, apelaram a uma expansão maciça das forças terrestres americanas. Nenhum se dispôs a colocar de lado a hipótese de um ataque ao Irão; e embora alguns se tenham exprimido em tons vigorosos a favor da abertura de negociações com o Irão, nenhum foi capaz de expor de forma detalhada aquilo que os Estados Uni-

dos deverão estar preparados para oferecer nessas negociações. Uma vez que a administração Bush acaba de encetar, muito a contragosto, negociações limitadas com o Irão — e também sem dispor de uma estratégia séria para um compromisso —, isso deixa os democratas sem qualquer alternativa séria às actuais abordagens de Bush relativamente a várias áreas da política externa.

Em termos internacionais, existe de facto uma apetência entre as principais figuras do Partido Democrata por um maior pragmatismo e contenção do que aquilo que tem sido apanágio da administração Bush; o problema é que os democratas não parecem mais disponíveis do que os republicanos para reexaminar de forma séria as actuais modalidades de relacionamento dos Estados Unidos com o resto do mundo. A versão da administração Clinton da hegemonia global americana era mais benigna do que a da actual administração Bush, e certamente mais comprometida com um estilo de liderança baseado em alianças em vez de *diktats*, mas não era menos grandiosa na sua ambição global.

Infelizmente, a semelhança entre os partidos é ainda maior face aos problemas da região onde uma alternativa seria importante: o Médio Oriente. Essa semelhança decorre das mesmas razões. Conforme Clinton demonstrou, ambos os partidos estão empenhados na manutenção da hegemonia americana na região, o que envolve o risco de novas guerras. Ambos se opõem a qualquer limitação a essa hegemonia ou a qualquer compromisso com estados que o *establishment* americano definiu como «párias». Nenhum deles deu a indicação de pretender trabalhar para um novo consenso regional. Ambos estão empenhados em garantir o acesso da América ao petróleo barato do Médio Oriente.

Os democratas ainda empregam a linguagem do multilateralismo, e aludem, consideravelmente mais do que os republicanos, à necessidade de cultivar alianças (muito embora tenha havido neste capítulo uma correcção significativa na retórica republicana desde os dias impetuosos de 2001-04). Contudo, tal como transparece dos discursos dos líderes democratas, das publicações de institutos democratas como o Progressive Policy Institute (PPI) e de alguns planos predominantemente democratas para uma futura estratégia

americana, como o Princeton Project on National Security, as alianças em causa são com a Europa e outras democracias pelo mundo fora que estejam dispostas a aceitar a liderança americana.

Não há a menor intenção de confrontar a necessidade imperiosa de alistar aliados muçulmanos para a «guerra ao terror». Nem tão-pouco se vislumbra qualquer disponibilidade para discutir mudanças na estratégia americana que seriam indispensáveis para atrair novos aliados — incluindo aliados democráticos. Prevalece a suposição confortável de que, se os Estados Unidos se limitarem a articular um discurso mais simpático do que o de Bush, isso cativará automaticamente novos aliados. Esta suposição permite aos democratas absterem-se de contemplar mudanças nas actuais políticas relativamente a certos estados, mudanças que seriam extremamente impopulares junto de lóbis poderosos nos Estados Unidos, e que custariam ao partido votos e, mais importante ainda, dinheiro.

Tal como se argumentou no capítulo 6, ambos os partidos se encontram fortemente influenciados pelo lóbi de Israel, e ambos têm demonstrado a sua total indisponibilidade para adoptar acções conducentes a uma resolução do conflito israelo-palestiniano. Todos os principais candidatos democratas às eleições de 2008, à semelhança dos principais candidatos republicanos, convergiram em declarações obsequiosas de apoio absoluto e incondicional a Israel\*. Pelas razões expostas no capítulo 6, não houve de facto qualquer debate acerca dos termos da aliança EUA-Israel na campanha presidencial americana de 2004, nem na campanha para as eleições legislativas intercalares de 2006.

Este silêncio não apenas empobreceu o debate sobre o conflito israelo-palestiniano e sobre a atitude americana face a ele, mas também, em grande medida, a discussão acerca das relações dos EUA com o Irão, a Síria e o mundo muçulmano em geral, as quais são criticamente afectadas pelas pretensões de Israel e pela influência do lóbi israelita nos Estados Unidos. Juntamente com os republicanos, os democratas negaram ao eleitorado americano a capacidade de ponderar todo um conjunto de questões vitais para os seus interesses e segurança.

\* Veja-se, por exemplo, a reportagem de Shami Rosenfelder na edição do *Jerusalem Post* de 25 de Maio de 2007.

Mais importante ainda, ambos os partidos comungam de um nacionalismo cívico «excepcionalista» que encara a bondade do poderio americano, e a legitimidade da missão americana no mundo, como artigos de fé inquestionáveis. Afinal de contas, foi a secretária de estado de Clinton, Madeleine Albright, que cunhou a expressão mais célebre deste nacionalismo ao designar a América como a «nação indispensável», uma nação que «é mais alta do que as outras, e por isso vê mais longe». Bush limitou-se a ecoar esta linguagem de uma maneira mais tosca e açucarada.

Conforme se argumentou neste livro, esta tendência messiânica é o defeito trágico dos grandes valores democráticos do nacionalismo cívico americano, e daquilo que se convencionou chamar de «Credo americano». Partilhado de forma quase universal por todos os americanos (ou, pelo menos, pelos brancos — os negros, latinos e índios possuem razões históricas de sobra para perfilharem uma atitude mais cínica), este nacionalismo cívico tem sido simultaneamente o cimento agregador dos Estados Unidos e a força moral inspiradora das suas grandes realizações. Mas porque é tão poderoso e universal, tem também favorecido uma tendência nacional para o conformismo ideológico que não escapou aos observadores da sociedade americana desde os tempos de Tocqueville.

O nacionalismo americano contém elementos fortes não apenas de um chauvinismo amargo (aquilo que designei de a «antítese nacionalista americana»), mas também de um liberalismo genuíno, resumido na Tese americana e nos valores do Credo americano. Bush, tal como Reagan antes dele, foi bem-sucedido porque tanto ele como os seus conselheiros conseguiram articular e explorar os mitos nacionais que são partilhados pela grande maioria dos americanos.

Com a poderosa ajuda dos sentimentos de vitimização e vingança resultantes do choque do 11/9, a administração Bush conseguiu unir três tendências imensamente poderosas do nacionalismo americano — as quais, por sinal, têm todas elas fortes precedentes na história dos principais estados europeus.

A primeira é o desejo de retaliar com força depois do mundo ter visto a América ser atacada ou insultada. Este espírito não é apanágio apenas da América, e nem sequer pode ser visto como mau em

si mesmo; pela minha parte, sempre defendi que a invasão do Afeganistão e o derrube dos talibãs eram uma resposta perfeitamente justificada ao 11/9. O problema é que uma mistura entre a ignorância do eleitorado americano, por um lado, e a manipulação e propaganda de certas secções das elites americanas, por outro, converteu o apoio a uma resposta militar centrada num assalto inteligente à al-Qaeda e aos seus aliados no apoio a um ataque cego a qualquer estado (muçulmano) susceptível de ser retratado como uma ameaça aos Estados Unidos ou a Israel.

O segundo aspecto é a crença na América como uma nação escolhida por Deus, e na sanção divina ao poderio americano — temas que foram incessantemente repetidos nos discursos de Bush e de outros líderes republicanos entre o 11/9 e as eleições de 2004 (não tendo sido abandonados entretanto). Esta crença no carácter único da relação de Deus com a América não tem nada de excepcional; de uma maneira ou outra, ela foi partilhada por praticamente todos os países europeus.

Na Europa, contudo, os terríveis eventos de 1914-15, prolongados até certo ponto pelas guerras coloniais que se lhes seguiram, destruíram essa convicção, pelo menos na sua acepção tradicional e categórica. Devido ao isolamento da América, e à sua história imensamente mais benigna e bem-sucedida no último século, esta crença conserva aí toda a sua força. Ela alimenta aquilo a que chamei o «batalhão dos mitos auxiliares do Credo americano»: os mitos da inocência, da bondade e da benevolência americanas — e do seu inevitável triunfo.

Por seu turno, estes mitos estão ligados àquilo que poderíamos designar como a versão secular do estatuto divino da América: a crença nos Estados Unidos como o líder e o exemplo supremo da democracia e liberdade, com o direito, o dever e a capacidade de propagar os seus valores pelo mundo fora. Esta crença foi também constantemente reiterada por Bush e pelos seus seguidores na campanha eleitoral de 2004.

Assim reunidos, estes três elementos produzem uma fórmula nacionalista de singular potência. Tal como ficou demonstrado em eleições recentes, este nacionalismo ajudou a excluir inúmeros argumentos e opiniões do discurso público americano, não apenas em

questões de política externa mas também doméstica. No plano interno, tornou-se virtualmente impossível sugerir que certos aspectos do sistema americano são piores do que os de outros países, ou que a América poderia ter algo a aprender com a experiência de outros países. Quem se atrever a fazê-lo será imediatamente acusado de falta de orgulho nacional, ou de se prestar a «pedir desculpas pela América».

Isto não significa que os valores americanos sejam maus em si mesmos. Pelo contrário, como fiz questão de sublinhar neste livro, o seu exemplo tem assumido uma importância inestimável para a humanidade. Mas a fé absolutista dos americanos nesses valores, e na capacidade de o país os representar, corre o risco de injectar uma terrível dose de hipocrisia nas disputas que os Estados Unidos mantêm com outros países.

Igualmente importante é a maneira como esta combinação alimenta o solipsismo americano, e a sua incapacidade para compreender, ou sequer reconhecer, os interesses e as opiniões de outras nações. Esta mistura nacionalista, que funciona tão bem junto do eleitorado americano, tende a ser recebida com incompreensão, alar-me, e até mesmo desprezo, por inúmeros povos — embora nalguns casos, nomeadamente no da França, a memória das suas próprias atitudes históricas devesse pelo menos atenuar essa incompreensão.

Esta incompreensão mútua é especialmente intensa perante a crença na missão americana de promover a democracia, e perante a forma como isso se tornou o ponto fulcral da estratégia política da administração Bush (se é que ela merece esse nome) no Médio Oriente. Para a maior parte dos americanos, o valor da democracia, e a sinceridade da América na sua promoção, são auto-evidentes. Por isso mesmo são genuinamente incapazes de perceber por que razão, tendo em vista o actual envolvimento político dos Estados Unidos na região, assim como o balanço das políticas americanas (e britânicas) nas últimas décadas, as profissões de fé de Washington em relação à difusão da democracia não podem senão ser recebidas como uma piada de mau gosto pela maior parte dos muçulmanos e europeus.

Esta é uma incompreensão que tanto afecta os democratas como os republicanos. Os «falcões» liberais que descrevi no capítulo 2, e que dominam as equipas de política externa de Hillary Clinton,



John Edwards, Joseph Biden e Tom Lantos, partilham em larga medida o programa neoconservador para o Médio Oriente, assente na expansão do poderio americano e na destruição dos estados rivais, combinado com a retórica da democracia e do progresso. E tal como sucede com os neoconservadores, a ênfase dos «falcões» democratas na falta de democracia no Médio Oriente é uma boa desculpa para evitarem a questão da responsabilidade dos Estados Unidos nas políticas de Israel e na ausência de um empenhamento americano na obtenção de um acordo israelo-palestiniano.

Contudo, é importante notar que numa área-chave, o Extremo Oriente, o consenso bipartidário tem funcionado em benefício do pragmatismo e da moderação. Ainda no seu primeiro mandato, a administração Bush substituiu uma estratégia altamente perigosa de confronto e contenção em relação à China por uma de realismo pragmático e moderado, em tudo semelhante à que havia sido seguida pela administração Clinton. Na verdade, no segundo debate da campanha presidencial, Bush foi inteiramente sincero quando referiu que a sua administração havia adoptado (tardamente) uma abordagem multilateralista à questão do programa nuclear coreano, confiando ao mesmo tempo na capacidade da China para exercer pressão sobre o regime de Pyongyang. Se esta abordagem globalmente pragmática entrar em colapso, isso ficar-se-á a dever às medidas exigidas por um Congresso de maioria democrata no sentido de limitar as exportações chinesas para os Estados Unidos; e, na verdade, existe uma modalidade de nacionalismo económico muito mais pronunciado entre os democratas do que entre os republicanos.

Porém, num aspecto muito importante, a cultura política dos republicanos difere claramente da dos democratas, e de uma forma que está profundamente relacionada com uma faceta peculiar do nacionalismo republicano: o papel da religiosidade conservadora. De facto, quase se poderia dizer que, à semelhança do sucedido em muitos países católicos no passado, a principal diferença entre os dois grandes partidos americanos não assenta em questões económicas ou de política externa, mas na clivagem clericalismo *versus* anticlericalismo.

No passado, o casamento entre o nacionalismo e a religiosida-

de conservadora constituiu uma das combinações mais familiares e potentes na história moderna da Europa. Reflectia certas subculturas étnicas, regionais e de classe, e contava com a bênção e o patrocínio de determinados segmentos das elites capitalistas. Esta combinação é hoje pouco familiar para a maior parte dos europeus ocidentais; mas seria perfeitamente reconhecível pelos seus antepassados, e é ainda muito comum em várias regiões do mundo. O ponto, claro está, é que os europeus ocidentais encaram esses países como atrasados e subdesenvolvidos e, como tal, vinculados a moldes arcaicos de cultura e de comportamento político. O choque e a incompreensão que os Estados Unidos inspiram resultam do facto de em muitos aspectos este país ser o mais moderno do mundo em termos económicos e sociais. Como se explica então que possa produzir tendências tão arcaicas?

Sucede que esta é uma questão completamente eurocêntrica. Tem subentendida a ideia de que a experiência europeia ocidental de modernização é a norma universal, e que todas as outras constituem desvios aberrantes. Resulta também da influência de Max Weber, que, chamando a si o papel de Sólon, ditou as regras e as abordagens elementares da moderna sociologia. A experiência da Europa Ocidental parece confirmar a consagração da crença de Max Weber no inevitável desencanto do mundo como resultado da modernização capitalista. Na última geração, países anteriormente conservadores como a Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia conheceram uma transformação profunda em resultado do declínio da fé e da prática religiosas, e de todos os modos de pensamento e conduta associados a essa crença — um traço comum a todos eles.

Mas este não é um padrão universal. A América constitui desde logo uma excepção gigantesca, mas poderá haver outros casos no futuro. Na Índia, membros das novas e instruídas classes médias hindus parecem frequentemente combinar a modernização e o dinamismo económicos, assim como atitudes parcialmente «modernas» relativamente ao sexo, casta e formas de individualismo, com uma religiosidade profunda, um fenómeno que se encontra muitas vezes associado ao nacionalismo hindu. Em anos recentes, acredita-se que alguns homens de negócios indianos estabelecidos nos EUA tenham

enviado qualquer coisa como 350 milhões de dólares para financiar um projecto ultranacionalista hindu, a reconstrução do templo de Ram, no local onde antes se erguia uma mesquita muçulmana, demolida em 1992, na cidade indiana de Ayodhya. Israel é outro exemplo de um estado altamente desenvolvido onde a religiosidade conservadora tem crescido nos últimos anos, e se encontra estreitamente associada ao nacionalismo radical.

Temos pois de considerar a possibilidade alarmante de, a este respeito, a Europa Ocidental poder vir a ser apontada no futuro como a excepção ou o «desvio aberrante». Esta possibilidade é alarmante, mas não porque as crenças religiosas conservadoras acerca da sociedade e moralidade sejam necessariamente más em si mesmas. Uma grande parte da moderna cultura de massas é verdadeiramente repelente, desumana e má. Confiar e apoiar a família deveria constituir um aspecto central de qualquer versão de uma sociedade decente, seja ela conservadora, liberal ou socialista.

O perigo colocado pela religiosidade conservadora, hoje como no passado, resulta da sua associação frequente a grupos sociais e forças políticas que reagem não apenas contra os aspectos negativos da modernidade, mas contra a própria noção de modernidade. A reacção destes grupos encontra-se muitas vezes presente em várias manifestações de chauvinismo nacionalista, dirigidas contra inimigos internos e externos. Grupos religiosos ameaçados pela moderna mudança cultural, social e económica, e grupos étnicos ameaçados pelas mesmas forças são aliados naturais, quando não constituem uma e só realidade. O seu sofrimento e alienação criam naturalmente uma forte inclinação para o ódio amargurado.

Esta mistura potente e venenosa tem ameaçado a paz no exterior e a democracia no interior com demasiada frequência. É uma mistura que se alimenta dos efeitos perturbadores da mudança capitalista, mas, porque pode ser dirigida contra a esquerda e outros elementos estrangeiros no interior, e contra os inimigos da nação no exterior, tem frequentemente servido os interesses das elites capitalistas e sido por elas explorada. Alimentou tendências importantes na Europa da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, e em última análise contribuiu para a ascensão do fascismo.

## NOTAS

## CONCLUSÃO

1. Dados retirados de *Economic Report of the President*, Council of Economic Advisers, citado em Jeff Madrick, «How New Is the New Economy?», *New York Review of Books*, 23 de Setembro de 1999.
2. Frank Levy, *The New Dollars and Dreams: American Incomes and Economic Change* (Nova Iorque, Russell Sage Foundation Publications, 1999), citado em Madrick, «New Economy».
3. Cf. «The Wal-Martization of America», *New York Times* (editorial), 15 de Novembro de 2003.
4. Cf. Alan Ryan, «Call Me Mister», *New York Review of Books*, 27 de Fevereiro de 2003.
5. Cf. Clair Brown, *American Standards of Living, 1918-1988* (Nova Iorque: Blackwell, 2002); Kevin Phillips, *Boiling Point: Democrats, Republicans and the Decline of Middle Class Prosperity* (Nova Iorque: HarperCollins, 1994); Jeff Madrick, «How New Is the New Economy?» *New York Review of Books*, 23 de Setembro de 1999; Michael Head, «The New, Ruthless Economy», *New York Review of Books*, 29 de Fevereiro de 1996.
6. Cf. Stephanie Strom, «For Middle Class, Health Care Becomes a Luxury», *New York Times*, 16 de Novembro de 2003.
7. Hans Fallada, *Kleiner Mann – was nun?* (Hamburgo: Rowohlt Verlag, 1976 [rpt]).
8. Thomas Frank, *What's the Matter with Kansas? How Conservatives Won the Heart of America* (Nova Iorque: Metropolitan Books, 2004).
9. Cf. Bellah, *Broken Covenant*, p. xv.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

ABBOT, Abiel: 327  
 Abrams, Elliott: 312, 319  
 Abu Ghraib: 212-3, 259, 369  
 Afeganistão: 13-6, 46, 60-2, 64, 127, 144, 151, 153, 212, 270, 280-1, 292, 305, 323, 391  
 Ajami, Fouad: 43-4  
 al-Qaeda: 15-6, 25, 44, 60, 64, 136, 146, 219, 266, 270, 281, 283, 292, 350, 392  
 Albright, Madeleine: 72, 138, 391  
 Alemanha: 22, 26, 29, 43, 51, 57, 59, 62-3, 69, 72-4, 81, 152-3, 162-4, 168, 179, 259, 270, 288, 331, 334, 340, 355-6, 381  
 Allen, A.A.: 204, 220  
 Almond, Mark: 271, 316  
 Arábia Saudita: 133, 141, 284, 345, 348  
 Arendt, Hannah: 336, 357  
 Armev, Dick: 198, 291, 314  
 Asakov, Konstantin: 74  
 Ash, Timothy Garton: 67, 307  
 Ashcroft, John: 211-2, 259-60  
 Auden, W.H.: 109

BACEVICH, Andrew: 16, 37, 59, 124, 127  
 Bell, Daniel: 165, 235  
 Bellah, Robert: 107, 128  
 Ben-Gurion, David: 339, 340-1  
 Benda, Julien: 42, 48, 157  
 Bennett, William J.: 56-8, 66, 69, 248  
 Bercovitch, Sacvan: 100  
 Berman, Paul: 359, 364, 369

Bismarck, Otto: 155, 162, 278  
 Blair, Tony: 34, 246, 306, 324  
 Bloom, Sam: 265, 269  
 Bolton, John: 39, 45, 125, 287, 296  
 Borchgrave, Arnaud de: 344  
 Boyer, Paul: 257, 259  
 Boykin, William G. «Jerry»: 259-61  
 Brock, William: 53  
 Brooke, Rupert: 56  
 Brown, Jerry: 327  
 Bryan, William Jennings: 161, 185-6, 223, 242  
 Brzezinski, Zbigniew: 279, 304, 312  
 Buchanan, Patrick: 166, 168  
 Burg, Avraham: 321  
 Bush, George H. W.: 247, 282, 317  
 Bush, George W.: 22-24, 26-7, 29, 35-41, 44-5, 51, 57-61, 64, 67-8, 70, 72, 88, 104-5, 109-10, 112-3, 121-2, 133-8, 143-5, 147, 150, 153-4, 163, 178, 182, 190, 211-2, 226-9, 247, 251-2, 259-60, 266-7, 269-71, 280-4, 286-7, 289-90, 292, 294-7, 299, 304-5, 308-12, 318-9, 323, 325, 343, 359-60, 362, 368-9, 376, 380, 388-94

CARTER, Jimmy: 139, 247, 251, 311, 334, 342  
 Cash, W.J.: 183, 191-2, 206  
 Chechénia: 283-4, 343  
 Cheney, Dick: 45, 53, 182, 260, 269, 297

- Cheney, Lynne: 53, 66, 68, 116, 118  
 Cherry, Conrad: 73  
 Churchill, Winston: 273  
 Clarke, Richard: 39, 150, 280-1, 288  
 Clinton, Bill: 34, 36-9, 44, 61, 70, 130, 138, 244, 254, 265, 280, 282, 286, 291-2, 298, 312, 349, 389, 391, 393-4  
 Cobban, Alfred: 272  
 Coben, Stanley: 234  
 Cohen, Richard: 105, 203  
 Cohn, Norman: 257  
 Genebra, Convenção de: 213, 348  
 Coreia do Norte: 64, 132, 281, 288, 296, 299  
 Coreia do Sul: 296, 363, 377  
 Coughlin, Charles: 235  
 Coulter, Ann: 68, 237  
 Crèvecoeur, Hector St. Jean: 104, 224  
 Croly, Herbert: 55, 343
- DE GAULLE, Charles: 75  
 DeLay, Tom: 198, 286, 291-2, 310, 320  
 Dershowitz, Alan: 338, 340, 350, 356  
 Docrocq, Georges: 57  
 Dostoiévski, Fiódor: 74
- EASTWOOD, Clint: 92, 114  
 Eban, Abba: 337, 348  
 Egípto: 346, 366  
 Eisenhower, Dwight D.: 89, 107, 110, 145, 168, 250, 265, 317  
 Eldar, Akiva: 354  
 Emerson, Ralph Waldo: 97  
 Estaline, Josef: 135, 341, 352
- FALWELL, Jerry: 231, 251-2, 254, 257, 260, 317  
 Fehrenbach, T.R.: 179, 193, 314, 328, 338  
 Feuerlicht, Roberta: 311  
 Fichte, Johann Gottlieb: 74, 162  
 FitzGerald, Frances: 115-6, 129  
 Ford, Gerald: 145, 247  
 Ford, John: 91, 239, 240  
 França: 32, 42-4, 46, 51-2, 54-5, 62-3, 74-83, 99, 105, 119, 148, 162, 166, 169, 170, 177, 222, 273, 277, 293-4, 334, 351, 355, 393
- Franklin, Benjamin: 169, 260  
 Freedom House: 131-2  
 Frum, David: 68, 289-90  
 Fukuyama, Francis: 98, 128  
 Fullbright, William J.: 47-8, 105-6, 135, 158
- GAFFNEY, Frank: 368-9  
 Gaza, Faixa de: 304, 313, 319, 321, 346, 348  
 Gingrich, Newt: 66, 144, 190, 198, 286, 310  
 Glaeser, Ernst: 57  
 Goldmann, Nahum: 339  
 Gorbachev, Mikhail: 256  
 Gore, Al: 60, 121, 189, 244, 311  
 Grã-Bretanha: 16, 22, 51-5, 62, 73, 102, 143, 156, 162, 169-71, 196, 224, 240, 246, 275-7, 283, 288, 290, 303, 310, 322, 326, 331, 341  
 Graham, Billy: 88, 92, 243, 252, 258  
 Graham, Franklin: 252, 260  
 Gumbel, Andrew: 16, 116, 117
- HAGGARD, Merle: 210, 260  
 Hannity, Sean: 65, 68, 240  
 Harries, Owen: 17, 297  
 Hartz, Louis: 99, 108, 125, 208-9, 235  
 Har-Zion, Meir: 328  
 Heine, Heinrich: 334  
 Hellmann, John: 113  
 Helms, Jesse: 146-7, 198, 291  
 Hitler, Adolf: 65, 255, 288, 339, 350, 352  
 Hofstadter, Richard: 29, 98, 224, 261  
 Hollywood: 88, 90-1, 94, 178, 202, 204, 239, 257  
 Holmes, Oliver Wendell: 85  
 Hopkins, Alphonse Ava: 233  
 Howe, Irving: 352  
 Howe, Julia Ward: 107  
 Hughes, Richard: 108, 121  
 Hu Jintao: 132-3  
 Huntington, Samuel: 99, 101-2, 127, 139, 165-6, 220, 268  
 Hussein, Saddam: 60, 152, 228, 255, 283, 292, 299

- ÍNDIA: 24, 30, 82-4, 102, 132, 154, 165, 277, 287, 303, 395  
 Inhofe, James: 198, 213-4, 291, 313-5, 317, 320  
 Irão: 64, 100, 112, 140, 143-4, 148, 152, 206, 251, 281, 292, 299, 305, 350, 366, 388, 390  
 Iraque: 14-6, 23-5, 29, 37, 39, 41, 43, 45-6, 52, 57, 59, 60, 62, 64, 68, 105, 110-1, 127, 134, 143-4, 146, 152-4, 164, 177, 212, 228-9, 241, 270, 280-1, 288-9, 292-7, 299, 305, 308, 310, 312, 323-5, 349-50, 360, 366, 368-9, 376, 387  
 Irlanda: 169, 173, 180-2, 252, 261, 395  
 Islão: 251-2, 260, 292, 317-8  
 Israel: 11, 17, 26, 28, 46-7, 73-4, 135-6, 144, 146, 149-50, 172-3, 188, 241, 255, 267, 269, 287-8, 300-1, 303-59, 361-70, 378, 388, 390, 392, 394, 396
- JACKSON, Andrew: 28, 173, 178, 194  
 Jackson, Henry «Scoop»: 141, 267  
 Jacques, Martin: 153  
 Japão: 32, 46, 63, 152-4, 161, 270, 296, 363, 370, 377  
 Jefferson, Thomas: 69, 75, 176-7  
 João Paulo II, papa: 241  
 Johnson, Chalmers: 37, 280, 298  
 Johnson, Lyndon B.: 242, 276
- KAGAN, Robert: 67, 130, 287  
 Kant, Immanuel: 210  
 Kedourie, Elie: 147, 149  
 Kennan, George: 47, 122, 127, 135, 139, 298  
 Kennedy, John F.: 238, 254, 256, 270  
 Kerry, John: 305  
 King, Martin Luther: 102  
 King, Peter: 292  
 Kipling, Rudyard: 59, 74  
 Kirkpatrick, Jeanne: 139, 286  
 Kissinger, Henry: 120, 135, 155  
 Klug, Brian: 17, 47, 356  
 Kosovo: 37, 291  
 Krauthammer, Charles: 44, 47, 123, 277, 289, 293, 307  
 Kristol, Irving: 28, 68, 139, 145, 267, 272, 290, 353
- Kristol, William: 123, 130, 287  
 Ku Klux Klan: 200, 233, 242
- LANG, Jack: 75  
 Lee, Harper: 91  
 Lehmann, Michael: 124  
 Le Pen, Jean-Marie: 79, 81  
 Lerner, Max: 54, 93, 241  
 Leslie, Warren: 182  
 Líbano: 15, 25, 324  
 Lieber, Francis: 151  
 Likud: 172, 269, 309, 317-8, 343  
 Limbaugh, Rush: 68, 213-4  
 Lincoln, Abraham: 86, 102, 107, 189, 201, 228  
 Lind, Michael: 16, 51, 118, 126-7, 188  
 Lindsay, Vachel: 161, 185, 253, 257  
 Lindsey, Hal: 252, 317, 329  
 Lipset, Seymour Martin: 208, 224, 352  
 Lott, Trent: 88, 198, 213, 291  
 Lustick, Ian: 317
- MAHER, Bill: 59  
 Mailer, Norman: 338  
 Manfield, Stephen: 228  
 Mann, Thomas: 51, 58  
 Marrocos: 62  
 Marshall, George: 274  
 Marshall, John: 174  
 Marty, Martin: 334  
 Marx, Karl: 35, 258  
 Maurras, Charles: 166  
 McCain, John: 214, 387  
 McFaul, Michael: 142-3  
 McNeill, William H.: 112-3  
 McVeigh, Timothy: 207  
 McWhitney, Grady: 240  
 Mead, Walter Russel: 37, 79, 190, 211, 281  
 Médio Oriente: 11, 24, 43, 110, 135-6, 138, 144, 149, 172, 229, 255, 296, 300, 304-13, 317-8, 321, 323-4, 326, 330, 335, 350, 354-5, 358-62, 364-8, 370, 377-8, 389, 393-4, 397  
 Meir, Golda: 328, 342  
 Melville, Herman: 73, 110  
 Miller, Zell: 188, 202, 291

Mills, C. Wright: 274  
 Milton, John: 73  
 Minogue, Kenneth: 29  
 Morris, Benny: 340  
 Mosse, George: 66  
 Myrdal, Gunnar: 85, 178

NAÇÕES UNIDAS (ONU): 45, 146, 167, 256, 273, 286, 289, 291, 296, 303-6, 333, 356  
 Napoleão Bonaparte: 78, 148, 298  
 Nash, Gary B.: 115  
 NATO: 37, 282, 291, 325, 331, 364  
 Nehru, Jawaharlal: 82, 357  
 Netanyahu, Benjamin: 311  
 Niebuhr, Reinhold: 103, 110, 125, 267, 311  
 Nixon, Richard: 135, 145, 188, 237, 285  
 Noonan, Peggy: 56, 57

O'BRIEN, Conor Cruise: 105  
 O'Neill, Paul: 40, 280  
 O'Reilly, Billy: 45, 68, 213, 240, 293  
 Oslo: 311-2, 348-9  
 Ottaway, Marina: 16, 366  
 Oz, Amos: 336, 354

PAINE, Thomas: 120  
 Palestina: 25, 144, 306, 311-2, 315, 317, 335-6, 339, 342, 356, 366  
 Paquistão: 13-4, 16, 32, 83, 151-2, 366-7  
 Perle, Richard: 68, 289, 296, 311  
 Perlmutter, Nathan: 353  
 Pipes, Daniel: 317, 346, 364  
 Podhoretz, Norman: 228, 277-8, 353  
 Polónia: 46, 81, 330-1, 340-1, 356  
 Porch, Douglas: 62, 365  
 Powell, Colin: 89, 143-4, 213, 269, 297, 310  
 Prestowitz, Clyde: 93  
 Progressive Policy Institute: 141, 389  
 Prudhomme, Sully: 80

QUINET, Edgar: 76  
 Quioto, Protocolo de: 25, 40

RAVITCH, Diane: 115  
 Reagan, Ronald: 111-4, 120, 139, 145, 228, 237, 247, 251, 270, 294, 310-1, 391  
 Reed, John Shelton: 183, 191  
 Reed, Ralph: 88, 166, 209  
 Renan, Ernest: 119  
 Rice, Condoleezza: 89, 281, 287  
 Robertson, Pat: 254-5, 259, 353  
 Roosevelt, Franklin Delano: 35, 71, 235, 382  
 Rorty, Richard: 66  
 Rosenberg, M.J.: 309  
 Rosenthal, A.M.: 292  
 Rousseau, Jean-Jacques: 208-9  
 Rumsfeld, Donald H.: 45, 67, 269, 280-1, 297, 299, 310, 325, 328  
 Rússia: 30, 37-8, 43, 59, 62-3, 74, 78, 85, 87, 106, 122, 128, 130, 140, 147, 154, 161, 203, 265, 277, 279-85, 287, 289-90, 294-7, 304, 322, 326, 340, 351-52, 355, 388

SADAT, Anwar: 312, 345  
 Said, Edward: 343  
 Salisbury, lorde: 277  
 Savage, Michael: 68, 213-4  
 Schaller, Thomas: 188  
 Schlafly, Phyllis: 307  
 Schwarzenegger, Arnold: 380  
 Scott, Sir Walter: 194-5  
 Sérvia: 26, 326  
 Sharon, Ariel: 172, 304-5, 307-8, 310, 317, 320, 327, 344, 347, 361  
 Shils, Edward: 125  
 Shinseki, Eric: 299  
 Siegman, Henry: 347  
 Síria: 292, 305, 366, 390  
 Smith, Al: 185, 237  
 Sprinzak, Ehud: 317  
 Strauss, Leo: 268-9, 315  
 Sullivan, Andrew: 349  
 Sunday, Billy: 72, 234

TAIWAN: 154, 251, 284, 287-8, 300, 363  
 Texas: 103, 161, 167, 178-82, 185, 197, 221, 234, 252, 291, 314-5  
 Frank, Thomas: 381

Thompson, Jill Long: 57  
 Tocqueville, Alexis de: 32, 54-5, 69, 94, 97, 106, 391  
 Tomasky, Michael: 141, 143-6  
 Torczyner, Jacques: 334  
 Truman, Harry: 90, 134, 176  
 Turner, Frederick Jackson: 80  
 Turquia: 32, 46, 141, 152, 161, 341, 363

UNIÃO EUROPEIA: 67, 76-7, 79, 219, 256, 304, 306, 331, 333, 351, 364-5, 367, 398  
 União Soviética: 14, 37, 85, 94, 119, 130-1, 138, 145, 154, 251, 265, 276-8, 282, 284-6, 299, 341, 346-7, 352, 356, 366

VIETNAME: 14-5, 27, 47-8, 90, 105, 110-4, 128, 135, 141, 149, 206, 212, 214, 235, 241, 250, 265, 267, 270, 293-4, 328, 330, 364-5, 387

WALLACE, George C.: 191, 195, 202  
 Wayne, John: 25, 91, 315  
 Whitman, Walt: 98, 110  
 Williams, William Appleman: 37  
 Wills, Garry: 112  
 Wilson, Woodrow: 72, 85, 138, 189, 193  
 Woodward, Bob: 228, 280  
 Woodward, C. Vann: 149, 290

ZIMBABUÉ: 133, 180, 356